

Cinema Português

I

O Conselho da Universidade de Berlim (Faculdade de Sciencias) convidou Eisenstein a dirigir um curso completo de cinema, fazendo inscrever nele, gratuitamente, os laureados das cadeiras de fisica. Na Polonia, crearam-se durante um ano quatro grandes clubes ou «observatorios» de cinema, como agora se diz.

Na Tcheco-Slovaquia, em 4 meses de verão produziram-se cerca de dez filmes. Seis deles foram adquiridos pelo Estado, pela sua natureza de altos documentarios culturais, e difundidos por cerca de duas mil maquinas de projecção que tantas são as que existem em escolas primarias, secundarias e superiores desse admiravel país, onde o presidente do primeiro municipio tem 30 anos, é ainda «boy-scout», e possui naturalmente em si todo o interesse pela vida e pelo futuro correspondente à sua surpreendente mocidade.

Em Inglaterra, na fria e calculista Inglaterra, a produção, depois da hesitante paragem dos «talkies», está num progresso indiscutivel. Na pequena Belgica, a produção, muito protegida oficialmente, lançou seis filmes na corrente época, além de outros seis documentarios, todos valiosos, e cuja difusão em Africa, só por si, pagou o desembolso enorme do seu custeio. Em Tokio, em Budapest (onde os ingleses se instalarão este mês para um entendimento de «talkies»), em Compenhague, em Amsterdam, em Varsovia, em Viena, em Roma, em Milão, em Barcelona, em Madrid... em todo o mundo se trabalha diante das objectivas, na arte formidavel, actual e unica das imagens animadas!

— E nós? Tambem nós estamos, parece-me, no limiar dum esforço, embora de resultados imediatos muito restrictos.

A' Inspeção Geral dos Espectáculos, dedico, principalmente, estas linhas. Não conheço, nem de vista, a pessoa que os acasos da politica da Ditadura levaram para a direcção e organização do espectáculo publico no nosso país. Têm-me dito aquelles que de perto conhecem o official do exercito a quem está confiado pela situação actual, esse encargo transcendente, que um forte sentido de patriotismo, e um inflexivel espirito de equitativa justiça preocupam os seus actos.

Embora entenda, de ha muito, que o espectáculo publico, pela sua missão nitidamente cultural deve ser affecto ao Ministro da Instrução e não ao do Interior, e não me mereça portanto simpatia, uma organização donde a representação das Belas Artes e das Belas Letras está excluida, faço justiça ás intenções e a muitas das realisações da actual Inspeção dos Espectáculos.

São de registar entre outras coisas o esforço em dotar de segurança as nossas casas de espectáculo. Bastaria isso para deixar assinalada a passagem do actual Inspector dos Espectáculos pelo seu cargo. São essas obras, duradouras e praticamente uteis, que fazem os cargos e os tornam aceltaveis na opinião publica. As trombetas politicas passam depressa, e nada valem mais do que transitorias lisonjas, sem cotação nem merito. E dessas lisonjas não sei nem quero saber.

Porque dedico estas linhas à Inspeção Geral dos Espectáculos e as encimo com o título de cinema português? Porque, de ha longos meses, a Inspeção Geral dos Espectáculos estuda uma lei de protecção à cinematografia nacional. Propositadamente tenho esperado no mais completo silencio, a lei annunciada. Com prazer teria nela colaborado, não para defender interesses pessoais por mais legitimos que fossem, mas por sincerissimo amor da minha terra, e porque acho que todos os que temos uma ideia, um alvitre, ou uma vontade justa, devemos lealmente apresenta-la e defendê-la, contribuindo com a nossa intelligencia e com a nossa cultura para o aperfeiçoamento geral. Mas não colaborei. Não sei o que a lei diz. Não sei quando a lei sairá. Sei apenas que, nesta situação ou na que se lhe seguir, mais tarde ou mais cedo, é indispensavel, imperiosamente indispensavel, uma lei proteccionista de cinema nacional.

E, essa lei, estudá-la-hemos, brevemente, em algumas notas despretenciosas.

Se as achar rasoaveis e exequiveis, que as applique quem tem poderes para isso.

J. LEITÃO DE BARROS